

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.932 - TO
(2019/0292930-7)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : RUBENS PEREIRA BRITO
ADVOGADOS : ELISIANE FERREIRA MACHADO E OUTRO(S) - TO007204
ADELAINE DA CUNHA BATISTA - GO052348
RECORRIDO : ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR : NÁDJA CAVALCANTE RODRIGUES DE OLIVEIRA E
OUTRO(S) - TO004331B

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de tutela antecipada, interposto por Rubens Pereira Brito contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins assim ementado (e-STJ, fls. 583-584):

MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA POR OFENSA ÀS SÚMULAS 269 E 271 DO STF. PRELIMINAR AFASTADA.

1. No caso vertente, não há que se falar em inadequação da via eleita, pois, em caso de constatação de violação a direito líquido e certo do impetrante, a concessão da ordem mandamental limitará os efeitos financeiros, fluindo os mesmos somente a partir da impetração, não havendo, portanto, que se falar em inobservância às Sumulas 269 e 271 do STF.

SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APONTADA ILEGALIDADE DECORRENTE DA OMISSÃO ESTATAL EM IMPLEMENTAR A IMEDIATA EVOLUÇÃO FUNCIONAL. ILEGALIDADE APONTADA NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO DA AUTORIDADE IMPETRADA QUANTO À LISTA DE SERVIDORES APTOS À EVOLUÇÃO FUNCIONAL PUBLICADA PELA CGEFG. ILEGALIDADE EVIDENCIADA. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.

2. Considerando que a legislação estadual regente da matéria não confere à Comissão de Gestão, Enquadramento e Evolução Funcional da Carreira de Meio Ambiente – CGEMA - poderes para, por si só, promover o servidor público estadual do Quadro Geral do Estado, não há que se falar em direito líquido e certo do servidor público estadual impetrante à evolução funcional em sua carreira pelo simples fato de seu nome ter figurado em lista editada pela CGEMA com os nomes dos servidores aptos à evolução funcional.

3. Por força do disposto no art. 7º, inciso V, alínea “b”, da lei estadual n. 2.425/2011 (que dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo e adota outras providências) compete à Secretaria da Administração do Estado do Tocantins (SECAD/TO) registrar, controlar, gerir e conceder direitos e deveres aos servidores do Estado do Tocantins. Neste contexto, compete ao Secretário Estadual da Administração conceder a servidor público estadual a evolução na carreira, desde que preenchidos os requisitos

legais para tanto.

4. É dever da Administração Pública dar uma resposta às demandas que lhe são apresentadas. Assim, é dever da autoridade impetrada (no caso, o Secretário de Estado da Administração) manifestar-se quanto à validade da lista publicada pela CGEMA, bem como quanto a eventual direito da impetrante a evolução funcional, seja para concedê-lo, seja para negá-lo, sendo que, neste último caso, a decisão administrativa deve ser devidamente motivada, sob pena de nulidade.

5. Segurança parcialmente concedida tão somente para determinar que a autoridade impetrada aprecie eventual pedido de evolução funcional formulado pelo impetrante e/ou manifeste-se quanto ao preenchimento, pelo mesmo, dos requisitos para a evolução funcional, conforme lista elaborada pela Comissão de Gestão, Enquadramento e Evolução Funcional da Carreira de Meio Ambiente – CGEMA - e publicada no Diário Oficial do Estado.

Insurge-se o recorrente, em síntese, contra suposto ato omissivo da administração pública, consistente na ausência de concessão de progressão funcional vertical nos termos do art. 12, I, da Lei n. 2.807/2013, a despeito de ter sido considerado apto.

Argumenta que, "da inércia da Administração Pública para proferir a evolução vertical, ao padrão de referência seguinte a que se encontra enquadrado conforme observa-se do anexo único n. 10, de 13 de junho de 2018, tem lhe causando diversos prejuízos que, além do plano de carreira, consequentemente prejuízos financeiros" (e-STJ, fl. 620).

Afirma que a administração está descumprido expressa previsão legal, devendo ser determinada à autoridade coatora a imediata concessão da progressão vertical do recorrente para a referência IX, com efeitos funcionais e financeiros a partir de 1º/3/2016.

Sustenta que possui direito à progressão, pois seu pedido foi analisado e deferido pela Comissão de Gestão, Enquadramento e Evolução Funcional da Carreira de Meio Ambiente - CGEMA, sendo esta competente para deliberar sobre as respectivas progressões, conforme preconiza o art. 16, § 2º, inciso II, "a", "b" "c" e "d", da Lei de Regência.

Pede a concessão da tutela de urgência e, no mérito, o provimento do recurso, com a concessão da segurança.

É o relatório.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 638-641.

É o relatório.

Observa-se pela leitura dos fundamentos tecidos na exordial, que a tutela requerida pelo impetrante-recorrente, confunde-se com o próprio mérito da ação mandamental, o que concorre para demonstrar a natureza satisfativa do pleito apresentado a este Tribunal.

Assim, diante das peculiaridades do tema em debate, o que inviabiliza a visualização *prima facie* do *fumus boni iuris*, e do nítido caráter satisfativo que acometerá o eventual provimento liminar, deve a matéria ser apreciada no momento oportuno pelo órgão colegiado.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito, os seguintes precedentes desta Corte de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. REQUISITOS. PROCESSUAL CIVIL. COGNIÇÃO SUMÁRIA. AUSÊNCIA DO *PERICULUM IN MORA*. CARÁTER SATISFATIVO. PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO.

1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. Não se encontram satisfeitos, em juízo de cognição sumária, os requisitos autorizadores da medida liminar.

3. Ademais, o pleito liminar, no caso *sub examine*, confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, razão pela qual, diante da sua natureza satisfativa, torna inviável o acolhimento do pedido (v.g.: AgRg no MS 14.090/DF, Relator Ministro Og Fernandes, DJe de 01.07.2010).

4. Agravo regimental não provido.

(RCD no MS 20.976/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/6/2014, DJe 17/6/2014 - grifos acrescidos)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE. LIMINAR PARA SUSPENSÃO DO ATO. INDEFERIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE. PRETENSÃO DE CUNHO SATISFATIVO. MATÉRIA PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE *FUMUS BONI IURIS*.

1. Trata-se de Mandado de Segurança contra ato do Ministro da Educação que declarou a inidoneidade da impetrante, empresa de engenharia vencedora de licitação para execução de dois projetos arquitetônicos nos quais foram constatados erros técnicos de cunho fraudulento no laudo de sondagem que tornaram imprestável o serviço realizado e justificaram a sanção. A liminar de suspensão dos efeitos da declaração de inidoneidade foi indeferida.

2. Tendo em vista a manifesta natureza infringente do recurso, recebo os Embargos de Declaração como Agravo Regimental por força da aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

3. A medida liminar postulada possui nítido caráter satisfativo e confunde-se com o próprio mérito da controvérsia, o que torna inviável seu deferimento.

[...]

6. Agravo Regimental não provido.

(EDcl no MS 19.549/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 15/3/2013 - grifos acrescidos)

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. ANÁLISE DO *FUMUS BONI JURIS* QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA.

1. "A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o *fumus*

Superior Tribunal de Justiça

bonis juris e o *periculum in mora*" (AgRg no MS 15.104/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010).

2. Na espécie, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da ação mandamental, o que concorre para demonstrar a natureza satisfativa do pleito apresentado a este Juízo.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no MS 14.058/DF, de minha relatoria, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/2/2011, DJe 2/3/2011)

MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO DIREITO INVOCADO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. ANÁLISE DO *FUMUS BONI JURIS* QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA.

1. A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o *fumus bonis juris* e o *periculum in mora*. No tocante ao primeiro requisito, consistente na verificação, de plano, da plausibilidade jurídica dos argumentos deduzidos no mandado de segurança, tenho que os fundamentos da impetração não ressoam fortes o suficiente para a concessão do pedido liminar.

2. Ressalvados casos de flagrante ilegalidade que demandem intervenção imediata do Poder Judiciário, não vejo como acolher pedido liminar em mandado de segurança que objetiva suspender os efeitos de portaria editada pela autoridade impetrada, **pois a análise do *fumus boni juris* confunde-se com o próprio mérito da demanda.**

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no MS 15.104/DF, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/9/2010, DJe 17/9/2010 - grifos acrescidos)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE E DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. POSSIBILIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. ANÁLISE DO *FUMUS BONI IURIS* QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DA DEMANDA.

[...]

2. Ressalvados casos de flagrante ilegalidade que demandem intervenção imediata do Poder Judiciário, não vejo como acolher pedido liminar em mandado de segurança contra demissão em processo administrativo, pois a análise de todo o processo para a verificação das ilegalidades, que consubstanciariam o *fumus boni iuris*, confunde-se com o próprio mérito da demanda.

3. Agravo regimental improvido.

(EDcl no MS 12.457/DF, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 26/3/2007)

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, há de se ressaltar a existência da vedação legal constante no art. 7º, § 2º, da Lei n. 12.016/2009, acerca da concessão de medida liminar que determine pagamento de qualquer natureza a servidores públicos, nos seguintes termos:

§ 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RESTABELECIMENTO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS AUTORIZADORES. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Controverte-se a respeito do acórdão que confirmou a antecipação de tutela, para que fosse restabelecido o pagamento mensal, à pensionista, do "Adicional por Tempo de Serviço".

2. O disposto no art. 7º, § 2º, da Lei 12.016/2009 expressamente disciplina, no Mandado de Segurança, norma de semelhante conteúdo aplicável às demais ações, isto é, o art. 1º da Lei 9.494/1997. Em síntese, veda a concessão de liminar para "a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza".

3. Não há razão para deixar de aplicar, por analogia, o entendimento do STJ segundo o qual a lei deve ser interpretada restritivamente, de forma que inexistente vedação à antecipação dos efeitos da tutela, nas ações contra a Fazenda Pública, quando a questão litigiosa tem por objeto restabelecimento de vantagem pecuniária suprimida da folha de pagamento do servidor público.

4. A análise dos requisitos para a concessão da medida, previstos no art. 273 do CPC, implica, como regra, reexame da matéria fático-probatória. Aplicação da Súmula 7/STJ.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.352.935/ES, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 25/9/2014)

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar pleiteado.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Após, retornem os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro

